

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de Junho de 2014 e 2013, da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A e Action S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Histórico

A Cotação DTMV S/A e Action S/A DTMV, empresas do Conglomerado Rendimento, estão presentes no mercado de câmbio turismo, desde 1989, com matrizes em São Paulo e atuação nas principais capitais e cidades do Brasil. Realizam operações de compra e venda de papel moeda, travellers cheques e / ou cartão pré-pago internacional Rendimento Visa Travel Money, com segurança e comodidade, para mais de 1 milhão de clientes. Através do Banco Rendimento, a Cotação DTMV S/A, também, realiza transferências internacionais e compra de cheques em moeda estrangeira. A Cotação DTMV S/A detém o Certificado Internacional de Qualidade (ISO), evidenciando, desta forma, a constante preocupação em oferecer serviços de qualidade aos seus clientes em suas viagens ao exterior.

Índice da Basileia

A apuração do índice, segundo a Resolução 3.490/07 do Conselho Monetário Nacional, é elaborada de forma consolidada para o Conglomerado Rendimento, cujo resultado em Junho de 2014 foi de 14,07%.

Controles Internos, Riscos e Governança Corporativa

A Cotação DTMV S/A e a Action S/A DTMV, participam da estrutura de Governança Corporativa e controles internos do Conglomerado Rendimento, aderentes às exigências da Resolução 2.554/98, do Conselho Monetário Nacional. Na estrutura de Controles Internos, se destaca o Comitê de Riscos e Controles Internos, onde participam, entre outros, a área de Compliance, Auditoria Interna e Diretoria. A estrutura de Governança abrange as Áreas de Compliance, Auditoria Interna, Riscos Operacional e Legal (Resolução 3.380/06), de Mercado (Resolução 3.464/07), de Liquidez (Resolução 2.804/00), de Crédito (Resolução 3.721/09), e procedimentos de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro, conforme Circular 3.461/09.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2014	2013
ATIVO		37.400	45.091
Circulante		37.400	45.091
Disponibilidades.....	5	16.811	30.878
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	6	8.149	3.881
Aplicações em operações compromissadas.....		8.149	3.881
Outros créditos		12.009	9.927
Carteira de câmbio.....	7	4.425	-
Diversos.....	8	7.584	9.927
Outros valores e bens		431	405
Despesas antecipadas.....		431	405
Realizável a longo prazo		35.206	26.764
Outros créditos	8	34.271	25.554
Capital.....		34.271	25.554
Outros valores e bens		935	1.210
Despesas antecipadas.....		935	1.210
Permanente		15.025	12.185
Investimentos		891	1.465
Participações em controladas - no País.....	9	866	1.434
Outros investimentos.....		25	31
Imobilizado de uso	10	13.787	8.184
Imóveis de uso.....		22	22
Outras imobilizações de uso.....		24.856	14.935
Depreciações acumuladas.....		(11.091)	(6.773)
Diferido		1	120
Gastos de organização e expansão.....		137	1.834
(Amortização acumulada).....		(136)	(1.714)
Intangível		346	2.416
Ativos intangíveis - outros.....		750	3.275
(Amortização acumulada).....		(404)	(859)
Total do ativo		87.631	84.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de Lucros				Total
	Capital	Reserva Legal	Reserva especial de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	8.170	1.681	13.177	23.028	
Aumento de capital.....	4.331	-	(4.331)	-	-
Lucro líquido do semestre.....	-	-	-	6.080	6.080
Constituição de reserva legal.....	-	304	-	(304)	-
Distribuição de dividendos.....	-	-	(4.700)	(4.700)	-
Distribuição de juros sobre o capital.....	-	-	-	(500)	(500)
Saldos em 30 de junho de 2013	12.501	1.985	4.146	5.276	23.908
Saldos em 31 de dezembro de 2013	12.501	2.379	9.357	24.237	25.554
Lucro líquido do semestre.....	-	-	-	6.783	6.783
Constituição de reserva legal.....	-	121	-	(121)	-
Distribuição de dividendos.....	-	-	(1.700)	(1.700)	-
Distribuição de juros sobre o capital.....	-	-	-	(500)	(500)
Saldos em 30 de junho de 2014	12.501	2.500	7.657	6.162	28.220

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, empresa constituída em 12 de julho de 1967 ("Distribuidora"), está voltada basicamente para operações no mercado financeiro de câmbio com taxas flutuantes. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instrumentos que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Conglomerado Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional a administração são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas do Banco Central do Brasil (BACEN), e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.

3. Sumário das principais práticas contábeis:

a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* data para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefiadas são registradas pelo valor de regate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Operações de câmbio:** As operações são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base *pro rata* data) auferidas. **e) Imobilizado, diferido e intangível:** Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados, 4% para imóveis de uso e 10% a.a. para os demais itens. **f) Imobilizado, diferido e intangível:** O ativo diferido é composto por beneficiários em imóveis de terceiros, com amortizações anuais de 10%. A partir de 30 de setembro de 2006, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução nº 3.617/08, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuíram, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configuram tão somente redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional, facultando a permanência dos direitos existentes naquela data até a sua efetiva baixa. Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. **g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. **h) Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseadas nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. **i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: *Contingências ativas* - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sendo o não caber mais recursos. *Contingências passivas* - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classifi-

cadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. *Obrigações legais* - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

Risco Operacional

A Cotação DTMV S/A e a Action S/A DTMV, se utilizam da estrutura do Conglomerado Rendimento que, em atendimento às exigências da Resolução 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, após aprovação pela Diretoria, implementou a Política Institucional de Gerenciamento de Risco Operacional, com estrutura constituída sob a forma de Comitê, vinculada diretamente à Diretoria da Instituição, tendo sido cumpridas todas as etapas previstas na citada regulamentação. A gestão do risco operacional, compreendida por processos, procedimentos e políticas, institucionalizados através do Manual de Controles Internos, é fundamental para a preservação do patrimônio das instituições e tem por objetivo a prevenção de perdas decorrentes de fraudes, erros e descontinuidade de negócios.

Ouidoria

No que tange ao Direito do Consumidor, as referidas Instituições, atendendo ao disposto na Resolução 3.477/07, alterada pela Resolução 3.849/10, do Conselho Monetário Nacional, implantou em 2007, a Ouidoria e tem como função essencial ser canal de comunicação entre as Empresas e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais das Instituições, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas. O dispositivo de Ouidoria, constituído em conformidade aos normativos do Banco Central do Brasil, dispõe de atuação independente das respectivas áreas de negócios, proporcionando um relacionamento aberto e provido de imparcialidade das instituições com Clientes, "Stakeholders" e com o público em geral. Tal dispositivo atende às manifestações recebidas através do Banco Central do Brasil, Órgão de Defesa do Consumidor, imprensa, cartas, telefones e e-mail.

Ouidoria

	Notas	2014	2013
PASSIVO		32.914	40.767
Circulante		32.914	40.767
Outras obrigações.....		1.081	241
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....	11a	10.910	24.048
Carteira de câmbio.....	11b	7.607	6.507
Fiscais e previdenciárias.....	11c	13.316	9.971
Diversas.....		25.897	19.365
Exigível a longo prazo		25.897	19.365
Fiscais e previdenciárias.....	11b	25.121	18.865
Diversas.....	11c	776	500
Patrimônio líquido	14	28.220	23.908
Capital		12.501	12.501
De domiciliados no país.....		12.501	12.501
Reserva de lucros		10.157	6.131
Lucros acumulados		6.162	5.276

	Notas	2014	2013
Recursos da intermediação financeira		62.760	53.292
Resultado de títulos e valores mobiliários.....		280	208
Resultado de operações de câmbio.....		62.480	53.084
Resultado bruto da intermediação financeira		62.760	53.292
Outras receitas / (despesas) operacionais		(51.842)	(43.424)
Recargas de prestação de serviços.....	15	6.126	1.280
Despesas de pessoal.....		(28.020)	(21.059)
Resultado de equivalência patrimonial.....		93	406
Outras despesas administrativas.....	16	(25.911)	(21.032)
Despesas tributárias.....		(3.842)	(2.970)
Outras receitas operacionais.....		87	531
Outras despesas operacionais.....		(375)	(580)
Resultado operacional		10.918	9.868
Resultado não operacional		(164)	(464)
Resultado antes da tributação e da participação sobre o resultado		10.754	9.404
Imposto de renda.....	12a	(3.170)	(2.760)
Contribuição social.....	12a	(1.949)	(1.695)
Ativo fiscal diferido.....	12a	1.282	1.243
Participações estatutárias no lucro.....		(134)	(112)
Lucro líquido do semestre		6.783	6.080
Lucro líquido por ação (em R\$)		5,80	5,20

Risco de Mercado e Liquidez

A Cotação DTMV S/A e a Action S/A DTMV, seguindo as normas contidas na Resolução 3.464/07, do Conselho Monetário Nacional, implementaram uma estrutura para Gerenciamento do Risco de Mercado e Liquidez, integrada à estrutura de Gestão de Riscos Operacionais, onde possui um escopo diferenciado e focado no controle da variação do valor de mercado das suas posições. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez deve identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Conglomerado. Esta gestão envolve, principalmente, os riscos das operações sujeitas à variação cambial. O Comitê de Gestão de Risco de Mercado e Liquidez se reúne periodicamente, conforme calendário divulgado, previamente, e delibera sobre os assuntos pertinentes aos respectivos riscos, em conformidade com políticas internas previamente definidas.

Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo"

A Cotação DTMV S/A e a Action S/A DTMV contam com programa desenvolvido para evitar e combater o uso de seus produtos e serviços na "lavagem" de dinheiro, oriundo de atividades ilícitas, inclusive os ligados aos casos de corrupção e terrorismo. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro. A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades, das instituições, com a realização de reuniões periódicas, visando avaliar o andamento dos trabalhos e a adoção de medidas necessárias para mantê-los em linha com os procedimentos adotados pelo Conglomerado e com as melhores práticas internacionais no que se refere à prevenção e combate à "lavagem" de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Nas políticas "conheça seu cliente" e "conheça seu funcionário", os investimentos em treinamento, processos e sistemas de controle e monitoramento de operações, permitem a identificação tempestiva de situações atípicas que, depois de analisadas por especialistas, são enviadas para deliberação da alta administração quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades competentes, tendo ou não a operação sido realizada. As áreas de negócios e operações do Conglomerado têm autonomia para recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, sendo a proposta de negócio atípica recusada e reportada à alta administração.

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto Lucro líquido por ação)

	Notas	2014	2013
Recursos da intermediação financeira		62.760	53.292
Resultado de títulos e valores mobiliários.....		280	208
Resultado de operações de câmbio.....		62.480	53.084
Resultado bruto da intermediação financeira		62.760	53.292
Outras receitas / (despesas) operacionais		(51.842)	(43.424)
Recargas de prestação de serviços.....	15	6.126	1.280
Despesas de pessoal.....		(28.020)	(21.059)
Resultado de equivalência patrimonial.....		93	406
Outras despesas administrativas.....	16	(25.911)	(21.032)
Despesas tributárias.....		(3.842)	(2.970)
Outras receitas operacionais.....		87	531
Outras despesas operacionais.....		(375)	(580)
Resultado operacional		10.918	9.868
Resultado não operacional		(164)	(464)
Resultado antes da tributação e da participação sobre o resultado		10.754	9.404
Imposto de renda.....	12a	(3.170)	(2.760)
Contribuição social.....	12a	(1.949)	(1.695)
Ativo fiscal diferido.....	12a	1.282	1.243
Participações estatutárias no lucro.....		(134)	(112)
Lucro líquido do semestre		6.783	6.080
Lucro líquido por ação (em R\$)		5,80	5,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Diversas

	2014	2013
Circulante.....		
Provisão para pagamentos a efetuar.....	5.868	4.657
Valores a pagar - sociedades ligadas (Nota 13a).....	302	209
Credores diversos - País (i).....	7.146	5.105
Total	13.316	9.971

	2014	2013
Exigível a longo prazo.....		
Provisão para passivos contingentes (Nota 16b).....	776	500
Total	14.092	10.471

(i) Referem-se a operações de câmbio pendentes de liquidação.

12. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2014 e 2013

	2014	2013		
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.754	10.754	9.404	9.404
Provisão para riscos fiscais.....	3.049	3.049	2.577	2.577
Provisão para contingências trabalhistas.....	147	147	120	120
Provisão para outras contingências.....	-	-	60	60
Remuneração variável de dirigentes.....	70	22	110	44
Outras.....	64	64	313	313
Total das adições	3.330	3.282	3.180	3.114